

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Patrick Silva Costa

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL**

**Resende
2022**



**APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A
GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA NA AMAN**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE
NATUREZA PROFISSIONAL**

**AMAN
2022**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

**TÍTULO DO TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ DAS
NAÇÕES UNIDAS PARA A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL**

AUTOR: PATRICK SILVA COSTA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 24 de agosto de 2022



Cad Patrick Silva Costa

Patrick Silva Costa

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Cel Leonardo Faria Torres

Resende

2022

Dados internacionais de catalogação na fonte

C837i COSTA, Patrick Silva

A importância da participação em missões de paz das nações unidas para a projeção internacional do Brasil. / Patrick Silva Costa – Resende; 2022. 31 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Leonardo Faria Torres
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

1.Política externa brasileira 2.Projeção Internacional
3.Operações de paz 4.Sistema internacional I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Jurandi de Souza CRB-5/001879

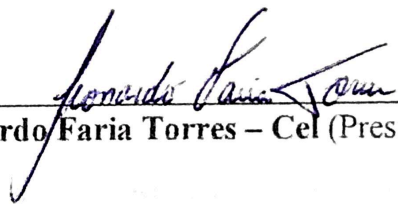
Patrick Silva Costa

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL**


Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 23 de Agosto de 2022

Banca examinadora:



Leonardo Faria Torres – Cel (Presidente/Orientador)



Carlos Alberto Pinto Fernandes Júnior – Ten Cel



Cláudio Magni Rodrigues – Cel R/1

Resende
2022

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, que me apoiaram na decisão de adentrar as fileiras do Exército e foram minha base para que eu me sustentasse e superasse todas as dificuldades que por inúmeras vezes enfrentei durante o período de formação. Que eu consiga sempre honrar o nosso nome, fundamentado na educação e exemplo que sempre me proporcionaram. Para todo o sempre, até depois do fim.

Aos meus companheiros de turma, que ombrearam comigo durante toda a formação na Academia Militar das Agulhas Negras. Os momentos, histórias e as amizades forjadas nesta casa, sem dúvidas, levarei para toda vida.

Ao meu orientador TC Torres pela acessibilidade e cooperação que foram fundamentais para a produção deste trabalho.

E principalmente a Deus, que me traz a paz e o sentido pelo qual norteio minha vida.

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

AUTOR: Patrick Silva Costa

ORIENTADOR: Leonardo Faria Torres

As relações internacionais vêm se intensificando a cada dia devido a natural globalização que ocorre atualmente. Cresce de importância para o Brasil, por se tratar de um país de proporções continentais, destacar-se regional e internacionalmente, demandando relações com países que auxiliem no desenvolvimento nacional. O objetivo deste trabalho foi analisar a participação brasileira em missões de paz e tratar sobre a importância desta para a projeção do País no cenário internacional. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, nos documentos que norteiam a participação brasileira nas operações das Nações Unidas, bem como em relação à análise qualitativa e quantitativa dos principais autores que versam sobre as relações exteriores do Brasil, foi observado os reflexos positivos na política externa brasileira gerados em consequência da participação brasileira nas operações de paz das Nações Unidas, abrangendo tanto o campo diplomático, quanto o campo militar, visto o emprego das Forças Armadas como vetor de projeção nacional, ressaltando, sobretudo, a importância da participação em missões de paz das Nações Unidas para a projeção internacional do Brasil.

Palavras-chave: Operações de paz. Política externa brasileira. Projeção internacional. Sistema Internacional.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF PARTICIPATION IN UNITED NATIONS PEACEKEEPING MISSIONS FOR THE INTERNATIONAL PROJECTION OF BRAZIL

AUTHOR: Patrick Silva Costa

ADVISOR: Leonardo Faria Torres

International relations are intensifying every day due to the natural globalization that currently occurs. Brazil is growing important, because it is a country of continental proportions, to stand out regionally and internationally, demanding relations with countries that help in national development. The objective of this work was to analyze the Brazilian participation in peacekeeping missions and to deal with its importance for the projection of the country in the international scenario. Based on bibliographic research, in the documents that guide Brazilian participation in United Nations operations, as well as in relation to the qualitative and quantitative analysis of the main authors who deal with Brazil's foreign relations, it was observed the positive effects on Brazilian foreign policy generated as a result of Brazilian participation in United Nations peacekeeping operations covering both the diplomatic field and the military field, seen the use of the Armed Forces as a vector of national projection, emphasizing, above all, the importance of participation in United Nations peacekeeping missions for the international projection of Brazil.

Keywords: Peace operations. Brazilian foreign policy. International projection. International System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da ONU	12
Figura 2 - Emprego dos tipos de operação de paz.....	16
Figura 3 - Militar brasileiro e população haitiana	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS	9
1.1.1	Objetivo geral	9
1.1.2	Objetivos específicos	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	11
2.1.1	Estrutura Geral das Nações Unidas	12
2.2	OPERAÇÕES DE PAZ	13
2.2.1	Histórico das operações de paz das Nações Unidas	13
2.2.2	Tipos de Operações de Paz	14
2.2.2.1	Promoção da Paz (peacemaking operations – PMO).....	14
2.2.2.2	Diplomacia Preventiva (preventive diplomacy)	15
2.2.2.3	Consolidação da Paz (post-conflict peace-building).....	15
2.2.2.4	Imposição da paz (peace enforcement)	15
2.2.2.5	Manutenção da paz (peacemaking)	15
2.3	O EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE EM MISSÕES DE PAZ DA ONU	16
2.4	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS OPERAÇÕES DE PAZ.....	19
2.5	A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH	21
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	25
3.1	TIPOS DE PESQUISA.....	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Em momentos de não-guerra, acrescenta-se a importância de um país buscar oportunidades para manter seus recursos militares em condições de emprego, visando não somente assegurar o conhecimento e treinamento de seu recurso humano, mas também a utilização de seus meios para constantes melhorias, seja quanto ao desenvolvimento de pessoal e material, seja quanto à evolução doutrinária.

A fungibilidade das Forças Armadas afirma a capacidade de sua influência em outras áreas além do campo militar, reforçando o princípio de emprego do Exército Brasileiro como um propulsor do Brasil no cenário internacional no que tange o nível político estratégico.

A fungibilidade de uma Força se refere à possibilidade de seu emprego refletir resultados úteis em outros campos do poder senão o militar, como o psicossocial e o econômico. Logo, quando a política externa bem se desenvolve com as forças armadas, tem a possibilidade de haver um melhor relacionamento entre ambas as partes, implicando no aumento de poder de pressão e sedução do país no Sistema Internacional. (AMAN, 2017).

Em consonância a este conceito, observa-se o emprego do País em operações da ONU com início no ano de 1947 com envio de observadores militares aos Balcãs, participando efetivamente em diversas missões de operações de paz durante o transcurso da história internacional, com destaque para o emprego da tropa brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que ocorreu no período de 2004-2017.

O Art. 4º, CF/88, define, entre seus “princípios fundamentais” que norteiam as relações internacionais do Brasil, a “defesa da paz”, a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” e a “solução pacífica dos conflitos”. Em consonância a estes princípios, a diplomacia brasileira visa o emprego do País em conflitos resolvidos mediante diálogo e negociação, fundamentado pela Carta das Nações Unidas. De acordo com Itamaraty (2020), nos tempos atuais em que se encontram diversos conflitos em diferentes regiões, as operações de paz das Nações Unidas mostram-se como o mais visível nível de coletividade da comunidade internacional para manter e promover a paz e a segurança.

Para Fontoura (1999), a participação do Brasil em operações de paz tem ingerência significativa na política externa.

O Brasil pode se orgulhar de sua participação em operações de paz das Nações Unidas. Temos participação histórica e consistente, que atende aos interesses de política externa, em consonância com princípios e normas nacionais e internacionais. Isto se reflete na grande coerência e prudência que tem balizado a

definição por sucessivos governos das missões em que o Brasil deve participar. Essa política, aliada ao elevado desempenho dos militares, policiais e civis brasileiros no terreno, tem assegurado sucesso da participação brasileira. Com essa participação, o Brasil colhe significativos dividendos internos e externos e ratifica sua posição de importante ator no cenário mundial, ajudando a construir um sistema internacional mais próximo dos ideais de justiça, paz e cooperação incorporados à Constituição Federal. (FONTOURA, 2009, p. 19).

Posto que o tema do trabalho trata de um assunto normalmente abordado apenas no meio acadêmico militar e das relações internacionais, não é comum opiniões concisas sobre a participação do Brasil em missões de paz, tampouco quanto aos seus reflexos. Portanto, surge a problemática do presente trabalho: A participação brasileira em missões de paz é importante para a projeção internacional do País? E tem-se neste trabalho a hipótese de que esta participação faz com que de fato a imagem do Brasil seja projetada positivamente no Sistema Internacional.

O trabalho visa analisar, portanto, a participação do País nas operações de paz das Nações Unidas a fim de verificar os reflexos obtidos perante o cenário internacional. Para este fim, divide-se em capítulos que abordam a Organização das Nações Unidas (ONU) e sua estrutura; os tipos de operações de paz da ONU; sobre o emprego da Força Terrestre nas missões de paz e seu histórico de participação, tratando com maior foco sobre a MINUSTAH, tendo em vista a importância da participação brasileira na operação, com representantes assumindo a função como Force Commander durante os anos de 2004 até 2017; e uma correlação entre a política externa brasileira e a participação do Brasil nestas operações de paz.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Realizar uma análise sobre a participação do Brasil nas missões de paz das Nações Unidas a fim de verificar a projeção do país no cenário internacional.

1.1.2 Objetivos específicos

Apresentar o histórico entre o Brasil e a ONU quanto ao emprego das tropas brasileiras durante o transcurso da história das Nações Unidas.

Analisar a participação do Brasil em missões de paz, principalmente o emprego da Força Terrestre na MINUSTAH, dada a importância da missão na história das participações

do Brasil em operações de paz.

Verificar as contribuições da participação em missões de paz para a projeção internacional do Estado brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Conforme retrata CARVALHO (1971) em sua obra, fez-se necessário a instituição de uma autoridade internacional com objetivo de preservar a paz alcançada pós Primeira Guerra Mundial, bem como fiscalizar os termos dispostos do Tratado de Versalhes. Dessa forma, surge a Liga das Nações, resultado da Conferência de Paz de 1919, tendo como objetivo a garantia da paz em consonância à cooperação de Estados. Entretanto, o histórico de duas décadas da Liga das Nações mostrou ao Sistema Internacional que era preciso uma maior diligência por parte dos Estados para que houvesse sucesso na tentativa de assegurar a paz mundial. Como fator decisório para a falência da organização, sua não participação efetiva às agressões do Japão na China (1932), da Itália na Etiópia (1935) e, estopim da Segunda Guerra Mundial, Alemanha na Polônia (1939), sendo um dos motivos principais a liga não ser dotada de forças armadas internacionais para repelir os conflitos.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de uma nova organização internacional que substituísse a então Liga das Nações. Em princípio, a Organização tornar-se-ia um órgão reduzido, no qual apenas as grandes potências conduziriam temas relativos à paz e à segurança internacional. Com a recusa por parte de Franklin Roosevelt de um “super Estado” detentor de um poder coercitivo internacional, a Carta das Nações Unidas foi decretada na Conferência das Nações Unidas, conservando pontos essenciais acordados entre Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, França e China, no pós-guerra (FONTOURA, 1999).

No que concerne aos conflitos internacionais, alterou-se do Pacto das Nações Unidas a legitimidade do uso da força por parte dos Estados, a fim de nortear o Sistema Internacional à solução pacífica, tornando ilícito o recurso à guerra, salvo por legítima defesa individual ou coletiva, previsto em seu Art. 51. A inclusão do chamado direito de veto aos Membros Permanentes inclui a inserção de poder à Organização, visto que utilizou-se do poder coercitivo destes a fim de concretizar a força coletiva da ONU. Este poder de veto resultou, com o surgimento da Guerra Fria e blocos antagônicos, forte dependência da Organização à unanimidade dos Membros permanentes, demonstrando a necessidade de médias potências também influenciarem nas relações internacionais (FONTOURA, 1999).

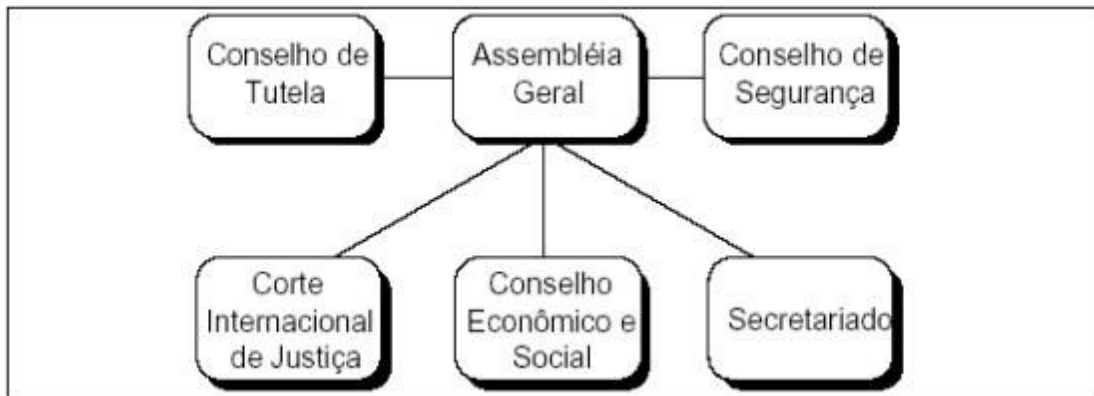
A independência de ação no cenário internacional da ONU deu-se:

(...) mediante a mobilização de contingentes militares cedidos por potências menores e afastadas, geográfica e politicamente do conflito, e convidar países que estavam ganhando experiência no adestramento e na padronização de regras de conduta em nível nacional. Com efeito, no período de 1948-87, cerca de 50 países cederam pessoal para as missões de paz (FONTOURA, 2009, p. 64).

2.1.1 Estrutura geral das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas é constituída por órgãos que foram estabelecidos em virtude da Carta das Nações Unidas, em 1945. Os principais são a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Corte Internacional de Justiça (BRASIL, 2013).

Figura 1 – Estrutura da ONU



Fonte: BRASIL (2013)

A Assembleia Geral, órgão representante e normativo, detém de uma representação mundial devido seus 193 Estados Membros, que se reúnem anualmente a fim de debater questões do Sistema Internacional, como paz e segurança, direitos humanos e admissão de novos membros. (BRASIL, 2013).

O Conselho de Segurança é o órgão cuja responsabilidade se encontra em manter a segurança e paz internacional. É composto por 15 membros, sendo apenas 5 destes permanentes que detém o chamado “poder de veto”, sendo China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. O órgão solicita as partes envolvidas em um suposto conflito que haja ameaças contra a paz ou atos de agressão para que cheguem em um acordo por meio de acordo pacífico. Tem o poder também de impor sanções e o uso da força para manter ou restabelecer a paz e segurança internacional. (BRASIL, 2013)

A Corte Internacional de Justiça é o órgão judicial das Nações Unidas. Em conformidade com o direito internacional, emite pareceres consultivos em questões jurídicas e resolve disputas legais dos diversos Estados que a procuram.

Conforme seu Preâmbulo:

Nós, os povos das nações unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé no direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. (ONU, 1945, p. 01).

Apesar das semelhanças perante a Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas resguardou a confiança do Sistema Internacional devido suas inovações que a diferenciavam. Estas se deram por:

I) o veto era condição fundamental para o funcionamento do CSNU, e as concessões feitas não limitavam a preponderância dos Cinco Grandes; II) os EUA, ao contrário do que ocorrera no caso da LDN, eram os artífices da Organizações e, nela, os principais interessados; III) as Nações Unidas obtiveram consideráveis competências em áreas sociais e econômicas, em parte como concessão aos Estados pequenos e médios; IV) o sistema decisório em todos os órgãos era mais realista, expungindo parte da contradição entre igualdade soberana e distribuição real de poder. (UZIEL, 2010, p. 38)

2.2 OPERAÇÕES DE PAZ

2.2.1 Histórico das operações de paz das Nações Unidas

Segundo o que NEVES (2010) retrata em sua obra, em consequência do término da guerra fria, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), vislumbrando uma nova ordem internacional, determinou que o Secretário-Geral, à época Boutros Boutros-Ghali, analisasse e produzisse uma recomendação de ação em prevenção e resolução de conflitos a fim de manter a cooperação e a paz internacional.

Em junho de 1992, Boutros-Ghali publicou seu relatório “An Agenda for Peace”, contendo conceitos até hoje empregados quanto a prevenção e resolução de conflitos internacionais. Definiu linhas de ações a serem empregadas em situações de prevenção de conflitos, bem como naquelas em que não houve o sucesso preventivo, sendo necessário a realização de uma operação de paz da ONU após ter iniciado o conflito entre as partes. A Agenda tratou também sobre o emprego de tropas em fiscalização de cessar-fogo, bem como quanto a intervenção de países diretamente entre as partes em conflitos, com ou sem autorização destas. Além destes conceitos, Boutros-Ghali buscou situar o emprego das tropas

que teriam função de propiciar condições de haver implementação de acordos de paz, assegurando aqueles que forem postos pelas partes beligerantes, bem como sustentá-los ao longo do tempo (NEVES, 2010).

Segundo COTER (2022) as operações de paz das Nações Unidas acompanham a história dos Estados em seus conflitos e pós-conflitos, com o objetivo de reduzir seus atritos e visam principalmente a instauração da paz no Sistema Internacional.

Conforme os dados do COTER, a ONU atuou em cinquenta e cinco operações de paz, se fazendo presente na África, nas Américas, na Europa, na Ásia e no Pacífico, tendo o Brasil participado de trinta e oito destas operações, com mais de 30.000 militares.

2.2.2 Tipos de Operações de Paz

Conforme trata o Artigo 1º da Carta das Nações Unidas, a utilização de medidas coletivas e cooperação internacional estão nas diretrizes que norteiam os objetivos das Nações Unidas a fim de que seja mantida a paz e a segurança internacional. Seja por caráter cultural, humanitário, social ou econômico, os Estados devem desenvolver relações amistosas com base nos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos.

Não há uma descritiva classificação sobre missões de paz na Carta da ONU, nem em resoluções de seus órgãos. Entretanto, tem-se como norte o documento apresentado por Boutros Boutros-Ghali, em 17 de junho de 1992, chamado “Uma Agenda para a Paz” e o “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”, de 3 de janeiro de 1995, para que se tenha uma melhor definição sobre as atividades exercidas pelas Nações Unidas. Dividem-se em: diplomacia preventiva, promoção para paz, manutenção da paz, imposição da paz, consolidação da paz. (AMAN, 2019)

Faganello (2013) em sua obra, trata dos instrumentos de paz descritos por Boutros Boutros-Ghali em 1992, em consonância com sua Agenda para a Paz, a Doutrina Capstone – manual que orienta quanto a preparação, planejamento e preparo de uma operação de paz – e o próprio site do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO).

2.2.2.1 Promoção da Paz (peacemaking operations – PMO)

Esse instrumento de paz busca solucionar conflitos que já estejam em andamento por intermédio de ações diplomáticas (BOUTROS, 1992).

Visa estabelecer um cessar-fogo ou até mesmo um acordo de paz entre as partes beligerantes. Para este fim, as Nações Unidas utilizam seus mecanismos de solução pacífica de controvérsias, conforme o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. (FAGANELLO, 2013).

2.2.2.2 Diplomacia Preventiva (preventive diplomacy)

Trata-se de uma ação consentida sem o uso da força, utilizando das diversas soluções pacíficas de controvérsias previstas no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Segundo Fontoura (1999), a diplomacia preventiva engloba as atividades que visam prevenir o surgimento de uma disputa entre as partes; evitar que tais disputas resultem em conflito armado; e, uma vez eclodidos, que não se alastrem.

2.2.2.3 Consolidação da Paz (post-conflict peace-building)

Refere-se a situações posteriores à assinatura de acordo de paz, visando o processo de reestruturação de um país após disputa e conflito, seja na área estrutural de um Estado, seja na parte econômica. Segundo Fontoura (1999), estas ações voltadas a fortalecer o desenvolvimento social e econômico podem requerer até mesmo a atuação de uma força militar. Conforme Faganello (2013), é um instrumento de paz que visa criar as condições necessárias para que se alcance uma paz em longo prazo.

2.2.2.4 Imposição da paz (peace enforcement)

Ações relativas ao Capítulo VII da ONU, a imposição da paz se refere ao uso da força armada para manter ou restabelecer a segurança e a paz no Sistema Internacional. Conforme trata Fontoura (1999), este instrumento de paz é utilizado em casos nos quais a CSNU determina ruptura ou ameaça da paz, bem como atos de agressão.

Faganello (2013) reitera em sua obra que a aplicação da imposição da paz se faz tanto por intermédio de sanções – sejam diplomáticas, políticas ou econômicas -, como por forma das ações militares.

2.2.2.5 Manutenção da paz (peacemaking)

Segundo Fontoura (1999), as operações de manutenção de paz tratam das atividades

realizadas com o consentimento das partes em conflito para que haja o monitoramento ou implantação propriamente dita de medidas relativas ao controle de conflitos e sua solução, como um cessar-fogo, por exemplo.

Conforme Faganello (2013), apesar da dificuldade que existe para definir as operações propriamente de manutenção da paz, existem três características que se fazem princípios básicos deste tipo de operação, sendo elas: consentimento, imparcialidade e mínimo uso da força.

O uso deste instrumento de paz traz uma reflexão quanto ao uso de armamento para que sejam cumpridos determinações e objetivos das Nações Unidas, visto que normalmente trata-se de uma região com grande índice de conflitos, indo de encontro muitas vezes ao mínimo uso da força, que caracteriza esse tipo de operação de paz, o que traz dificuldade para aqueles que se encontram na frente de combate dentro de ações militares (FAGANELLO, 2013).

Figura 2 - Emprego dos tipos de operação de paz



Fonte: AMAN (2019)

2.3 O EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE EM MISSÕES DE PAZ DA ONU

Segundo Teixeira e Hamann (2018), o percurso do Brasil nas missões da ONU se houve ao menos por quatro fases, que se iniciou no ano de 1947 e segue até os dias atuais. A primeira se concretiza com o envio de militares aos Bálcãs (1947-1949) e de um batalhão ao Suez (1956- 1967). A segunda é caracterizada pela abstenção do Brasil em missões de organismos internacionais. A terceira fase se concretiza com o retorno do Brasil às operações

internacionais, empregando observadores militares, staff officers e policiais em missão individual, além do emprego de tropa na Angola, Moçambique e Timor Leste. A última fase se trata do marco histórico da participação do Brasil nas missões da ONU, tendo em vista o desempenho reconhecido em duas importantes missões, ocorrido principalmente devido às funções estratégicas exercidas de forma exemplar por brasileiros, além do grande efetivo empregado nestas valorosas operações, sendo a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Sob a ótica de Torrezam (2017), vem sendo observado uma crescente participação da Força Terrestre em missões de paz, sobretudo após o fim da Guerra Fria, aliado ao fenômeno da globalização, posto junto a conflitos e problemas internacionais. Em proveito disso, treinam-se as Forças Armadas e é projetado poder militar, com ênfase na estratégia da dissuasão, além de fortalecer a imagem do Brasil no cenário internacional.

A reflexão acima abordada se faz coerente com o entendimento da Força, conforme retrata Mergulhão (2018, p.17) “a participação em missões de paz vem trazendo crescente prestígio à política externa e ao Exército Brasileiro, aumentando a projeção nacional no cenário mundial”, assim como se relaciona à Política Nacional de Defesa, a qual afirma que:

O Brasil, por sua tradição de defensor do diálogo e da convivência harmoniosa entre os povos, continuará a ser convidado a dar sua contribuição para a paz mundial. Em consequência, deve estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas – ONU ou de organismos multilaterais. Essas participações, observadas as circunstâncias do momento, deverão seguir os princípios e as prioridades da política externa e de defesa do Brasil. Dessa forma, o País deve ser capaz de projetar poder, objetivando ampliar a sua influência no concerto mundial; reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e a cooperação entre os povos; e desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz, de acordo com os interesses nacionais. (BRASIL, 2020, p.33).

A Política Nacional de Defesa, ainda, define como Objetivos Nacionais de Defesa a contribuição para a manutenção da paz e segurança internacionais, bem como a intensificação da projeção do Brasil no cenário internacional e uma maior inserção em processos decisórios internacionais.

Segundo Fontoura (2009, p. 18): “Com essa participação, o Brasil colhe significativos dividendos internos e externos e ratifica sua posição de importante ator no cenário mundial, ajudando a construir um sistema internacional mais próximo dos ideais de justiça, paz e cooperação incorporados à Constituição Federal”.

A Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB) é caracterizada

pelo marco inicial da participação brasileira em missões de paz da ONU, que ocorreu em 1947 com o objetivo de monitorar a situação de refugiados nas regiões de Grécia, Albânia, Bulgária e Iugoslávia, que estavam em regime de conflito devido a guerra civil grega. (COTER, 2022)

A United Nations Emergency Force I (UNEF I) ocorreu em 1956 devido a crise de Suez, na região de Israel, Egito e os árabes. O Brasil se fez presente nessa operação com o efetivo de um batalhão, durante o período de 1957 e 1967, empregando vinte contingentes no conflito, com a missão principal de operar em região fronteiriça utilizando sapadores em desminagem para limpeza de campos minados. (COTER, 2022)

O Brasil posteriormente participou também da United Nations Operation In Mozambique (ONUMOZ) durante os anos de 1993 e 1994. A operação visava estabelecer um Acordo de Paz entre os Estados em conflito, tendo como intuito principal o cessar-fogo e a verificação de processo eleitoral local. Houve a presença brasileira por intermédio de 26 observadores militares, 67 observadores policiais, uma companhia de infantaria, além do Force Commander da missão no fim do período de 1994. (COTER, 2022)

A United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM) ocorreu na Angola, tendo o Brasil participado em suas diversas fases (UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III) entre o período de 1989 até 1997, com observadores militares, equipe médica, observadores policiais, um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia. Nesta operação o Brasil ocupou a quarta posição quanto aos países em participação e efetivo nas missões das Nações Unidas, reforçando a imagem brasileira no Sistema Internacional e projetando o país perante os demais no que tange as operações de paz. (COTER, 2022)

A participação brasileira na United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT) foi um importante marco para o país nessas operações, tendo em vista o agravamento da situação de conflito na região, ocasionando pela primeira vez, a necessidade de estabelecimento de uma Força Multinacional destinada a intervir para impor a paz no local, autorizada pela Resolução nº 1264 da ONU a fim de que se tomassem todas as medidas necessárias para o restabelecimento da paz. Ocorreu entre os anos de 1999 e 2005, sendo o Brasil um país contribuinte com onze contingentes ao total. (COTER, 2022)

A UN Interim Force in Lebanon (UNIFIL) foi estabelecida com o intuito de garantir a retomada da soberania libanesa, retirada das tropas israelenses da região e restaurar a paz local. Foi a primeira e única missão que contou com uma Força-Tarefa Marítima (FTM), utilizada para fins de operações no mar libanês a fim de controlar entrada e saída e pessoal, armamento; além do controle das águas territoriais. Esta operação se fez marcante pelo

comando brasileiro da FTM, bem como pela participação da Fragata União F45, projetando a imagem da Marinha do Brasil no cenário internacional, reforçando a imagem do país no Sistema Internacional. (COTER, 2022)

O Brasil se fez presente também em operações provenientes de outras organizações senão a das Nações Unidas, como a Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS), por Resolução da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1966, e a Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), missão que teve seu marco por se tratar de uma operação de iniciativa regional, sem o intermédio da ONU. (COTER, 2022)

2.4 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS OPERAÇÕES DE PAZ

Durante o decorrer da história das operações de paz, é fato observável a crescente participação do Brasil no Sistema Internacional com emprego de efetivo militar e civil em missões desta natureza. Os motivos que englobam a presença nacional nas operações no exterior vão além do institucional e político, abrangendo também a história da Política Externa Brasileira em seus objetivos, tratando sobre a inserção brasileira no sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, agindo em conformidade com o Art. 4º da CF, bem como quanto ao que legitima a candidatura do País como membro permanente do CSNU, além da experiência prática fornecida às Forças Armadas, da parte financeira proporcionada pela ONU por conta da participação em missões de paz, e do objetivo de prover uma imagem positiva do Brasil no exterior, fornecendo o prestígio e o orgulho nacional. (UZIEL, 2015).

Segundo Alsina Júnior (2009) retrata em sua obra, o poder coercitivo militar se trata de uma via de projeção externa do País realizada pelo campo diplomático, corroborando com o argumento sobre o poder militar ser necessário para a diplomacia brasileira. Alsina Júnior, ainda, trata sobre o conceito de soft power a fim de ressaltar a capacidade persuasiva do poder militar, sendo este utilizado não somente como força nas relações internacionais, mas tendo a possibilidade também de persuadir e influenciar os comportamentos dos Estados. Poder militar, portanto, como pilar de influência corretiva do poder.

Ao correlacionar o poder militar no plano das relações sociais, Alsina Júnior trata em sua obra:

“Se é correto encarar o poder como capacidade que gera efeitos no plano das relações sociais, deve-se admitir que não precisa ser efetivamente exercido para produzir resultados. O poder de um mandante será tanto maior quanto maior for sua capacidade de limitar a margem de escolha do agente. Este, consciente da limitação, muitas vezes antecipa-se à ação daquele, fazendo sua vontade antes mesmo que ela

se manifeste. Portanto, o poder como potência representa uma virtualidade que tem consequências palpáveis. No limite, não haveria sequer a necessidade de que o poder existisse concretamente, uma vez que bastaria a percepção da sua existência para a produção de efeitos – o que demonstra como o aspecto perceptual é ele próprio uma das facetas mais importantes do poder.” (ALSINA JÚNIOR, p. 19, 2009).

Conforme Miyamoto (2008) retrata em sua obra, a participação do Brasil em operações de paz da ONU reflete na aproximação das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa. Por um lado, utiliza-se das Forças Armadas como instrumento de política externa visando a projeção do Brasil como importante participante no Sistema Internacional; por outro, aproveita-se a oportunidade de emprego para pôr em prática técnicas, táticas e procedimentos uma vez aprendidas nas diversas organizações militares e que são exercidas remotamente na realidade em tempos de paz do país.

Do ponto de vista diplomático, a MINUSTAH foi um importante instrumento de política externa quando o Brasil buscava por espaços de maior protagonismo na cena internacional, sobretudo como ator relevante na América latina e Caribe. No período em que durou a missão, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança por duas vezes (2004-2005 e 2010-2011), o que permitiu que expressasse posições aprimoradas sobre o Haiti e sobre as operações de manutenção da paz em geral (a exemplo da relação entre segurança e desenvolvimento), e que também começasse a colher os vários frutos políticos decorrentes dos sucessivos êxitos logrados pelos brasileiros que atuaram no terreno e na retaguarda (TEIXEIRA e HAMANN, 2018, p. 1).

Conforme trata Brasil (2021a) o Exército deve estar em condições de constituir uma Força Expedicionária, seja para ajuda humanitária, seja para operações de paz, tendo a capacidade de projeção de poder, para assumir responsabilidades em compromisso sob a égide de organismos internacionais e até mesmo salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

No que tange a política internacional, a participação do Brasil em missões de paz reflete em resultados que não se limitam ao organismo internacional da operação. Exemplo disto, pode-se citar a coordenação que houve entre os países latino-americanos além dos trabalhos da CSNU durante a MINUSTAH, formando um mecanismo de cooperação que se reunia periodicamente para tratar sobre aspectos da operação. À época formou-se um bloco regional de apoio que obteve resultados expressivos, como prioridades reconhecidas na Resolução 1840 (2008) pelo CSNU. Foi de suma importância para o Brasil e sua política externa, pois, pela responsabilidade assumida no Haiti, essa coordenação permitiu reforçar pontos centrais que se visava projetar durante seu mandato, a partir de um ponto de vista dos países em desenvolvimento, resultando em uma projeção regional brasileira. (UZIEL;

FONTOURA, 2018).

Pontos da política externa:

Ao analisar o perfil das atuações do Brasil nas operações de paz mais recentes, sobressaem três aspectos: i) atenção especial à cooperação para o desenvolvimento, especialmente quando em missões regidas pelo capítulo VII da Carta da ONU, isto é, quando se autoriza o emprego da força para se restabelecer a ordem; ii) consideração a questões regionais, laços culturais – inclusive o idioma – e a possibilidade de envolver a diplomacia de grupos; e iii) tomada a decisão de participar, os meios empregados privilegiam pessoal, material e transporte, em detrimento de contribuições financeiras. Isto é coerente com os objetivos de longo prazo da política externa brasileira, que busca fortalecer a condição de liderança do país no mundo, particularmente entre países em desenvolvimento. (RAMALHO; GÓES, 2010, p. 01).

2.5 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH

No ano de 2001, o então presidente Jean-Bertrand Aristide venceu as eleições no Haiti apesar de ter obtido menos de 10% dos votos da população. Sua oposição, em grande revolta por conta da injusta eleição, incentivou uma enorme onda de protestos e violência generalizada sem encontrar resistência. O caos presente no país, somado a falta de apoio da população, fez com que Aristide renunciasse seu cargo (COSTA, 2019).

Em 2004 é criada uma resolução (1542) devido a necessidade de haver um órgão ou instituição competente que conseguisse restabelecer a ordem e a paz, bem como garantir os direitos humanos e saúde pública, além de fiscalizar o desarmamento local e coordenar a assistência humanitária do país (COSTA, 2019).

O Brasil iniciou o preparo de suas Forças Armadas em fevereiro de 2004 após negociar para que conseguisse a função de coordenar a operação de paz no Haiti, assumindo o cargo inicialmente exercido pela Força Interina Multinacional. (BARBOSA JUNIOR, 2017).

A participação brasileira em missões de paz é precedida por um processo decisório que avalia a situação na região conflituosa e busca encontrar uma convergência entre os interesses do país que necessita do apoio e as ambições do Brasil âmbito política externa e regional. (BRASIL, 2013)

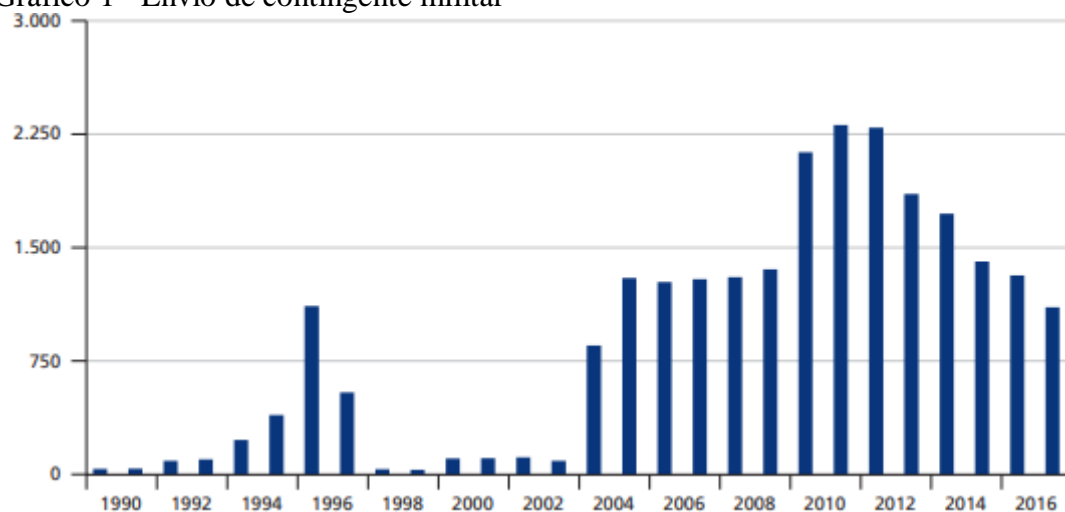
Durante o processo decisório para a participação do Brasil na MINUSTAH, levou-se em consideração o acréscimo da atuação multilateral do Brasil no Sistema Internacional para prestar solidariedade ao Haiti, país que já era considerado uma zona de influência brasileira, tendo em vista que desde 1927 havia entre os países relações diplomáticas – que se manteve mesmo na época de crise haitiana com governo de Raul Cédras -, além dos diversos aspectos culturais em comum, conforme retrata Mergulhão (2018). Em consonância a isso, ao assumir

a responsabilidade de liderar a operação de paz, o Brasil, além de ter a oportunidade de se projetar internacionalmente com sua atuação em uma operação de grande envoltura nas missões de paz da ONU, conseguiu planejar uma integração de seus militares em operações reais, a fim de atualizar sua doutrina militar e reaparelhar a tropa com base nas necessidades em operação. (NASSER, 2012)

A participação do Brasil na MINUSTAH teve como consequência um grande ensinamento no que tange a doutrina militar e o emprego de suas Forças Armadas, devido principalmente ao rodízio de contingentes empregados na operação em situações de conflitos reais, possibilitando a tropa brasileira em posição observar pontos críticos que necessitavam melhorias, em suas técnicas, táticas e procedimentos então utilizados. Conforme trata o Gen Div R1 Floriano Peixoto em seu artigo publicado pela Revista Igarapé (VIEIRA NETO, 2017):

Voltando ao braço militar da ajuda brasileira, o amadurecimento da experiência no Haiti veio a trazer impactos profundos no legado profissional deixado à Força Terrestre, pela decisão de se aplicar um sistema de rodízio de contingentes por todos os Comandos Militares. Essa estratégica decisão se traduziu em riquíssima oportunidade para que diferentes escalões hierárquicos pudessem ser imersos em um ambiente operacional real, assimétrico, de relativa complexidade e no exterior, um benefício estendido a aproximadamente 37.000 militares ao longo dos 13 anos. Lideranças militares, sêniores e júniores, fornecendo ao Exército, e em menor número às outras Forças Armadas, recursos humanos altamente qualificados e aprimorados, um capital inestimável. Evidentemente, essa experiência se constitui elemento multiplicador, pelas lições aprendidas catalogadas e a vivência experimentada pelos quadros mais modernos na replicação desses ensinamentos ao longo de sua vida militar, no Brasil ou em outras composições de forças internacionais. (VIEIRA NETO, p.19, 2017).

Gráfico 1 - Envio de contingente militar



Fonte: ANDRADE, HAMANN E SOARES (2019)

Esse engajamento maior nas operações de paz, trouxe ao País a demanda de maior treinamento e capacitação de seus militares, resultando na criação do CCOPAB, a fim de padronizar uma instrução aprofundada, complexa e sistematizada. (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019)

Conforme segue na Tabela 1, a operação MINUSTAH foi conduzida por comandantes brasileiros durante o período de treze anos, refletindo a competência brasileira e a confiança depositada ao País pelas Nações Unidas, projetando positivamente sua imagem perante ao Sistema Internacional.

Tabela 1 - Force commander na MINUSTAH

<i>Force commander</i>	<i>Período de atuação</i>
General Augusto Heleno Ribeiro Pereira	Maio de 2004-setembro de 2005
General Urano Teixeira da Matta Bacellar	Setembro de 2005-janeiro de 2006
General José Elito Carvalho Siqueira	Janeiro de 2006-janeiro de 2007
General Carlos Alberto dos Santos Cruz	Janeiro de 2007-abril de 2009
General Floriano Peixoto Vieira Neto	Abril de 2009-março de 2010
General Luiz Guilherme Paul Cruz	Março de 2010-março de 2011
General Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira	Março de 2011-março de 2012
General Fernando Rodrigues Goulart	Março de 2012-março de 2013
General Edson Leal Pujol	Março de 2013-março de 2014
General José Luiz Jaborandy Junior	Março de 2014-agosto de 2015
General Ajax Porto Pinheiro	Outubro de 2015-outubro de 2017

Fonte: Andrade, Hamann e Soares (2019).

Vale ressaltar também a forma com que o Brasil se relacionou com o povo haitiano. Ao longo da operação, a tropa brasileira conseguiu a empatia da população dentro do país em que operava. Seja pelo tratamento para com o outro, seja pela proximidade em alguns aspectos culturais, o Brasil se destacou por conta de seu recurso humano. Esta experiência refletiu em pontos positivos para consideração de outras operações, como no caso de emprego das Forças Armadas nas comunidades do Rio de Janeiro, tendo em vista a maior confiança e aceitação da população em relação às outras instituições, apesar das discussões referentes à finalidade do emprego da tropa. (MYAMOTTO, 2008)

Figura 3 - Militar brasileiro e população haitiana



Fonte: BRABAT (2019)

A capacidade brasileira de participar em missões de paz pode ser reafirmada ao observar o reconhecimento realizado por Jean-Pierre Lacroix – diplomata francês, atual Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Operações de paz -, em 2017, quanto ao sucesso do Brasil na MINUSTAH, e pelo interesse da ONU quanto a participação do Brasil em outras missões de paz, entre elas a MINUSCA, na República Centro Africana, com envio de tropas militares. (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019)

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPOS DE PESQUISA

A pesquisa percorreu uma análise de casos vivenciados pelo Brasil nas missões da paz da ONU a fim de relacionar a participação com sua projeção internacional, tendo como base conceitos que versam temas como das relações internacionais, geopolítica e política internacional. Para este fim, se fundamentou em consulta de livros, dissertações, artigos, e publicações que atendem ao escopo da pesquisa. Para alcançar os objetivos da pesquisa de trabalho, seguiu-se o método dedutivo, visto que foi almejado obter uma conclusão particular sobre a projeção nacional a partir dos princípios que regem a participação brasileira nas missões de paz das Nações Unidas somado ao resultado de emprego da Força Terrestre em operações desta natureza. Dessa forma, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

Bibliográfica, uma vez que foi feita uma coleta de dados, informações e teorias para embasar a pesquisa, ampliar o conhecimento necessário para a realização desta, bem como empregar as citações que foram requisitadas.

Documental, tendo em vista a consulta de documentos legais como os que norteiam o emprego de Força Terrestre em missões de paz, assim como análise de relatórios, revistas e livros.

Qualitativa, pois teve como objetivo a compreensão por intermédio de análises e percepções sobre a projeção internacional mediante participação efetiva nas operações das Nações Unidas.

Foi consultada a base legal que possibilita o uso de tropa no exterior, bem como foi analisado também os documentos que fundamentam a necessidade deste emprego nos dias atuais, a fim de concretizar a intenção nacional de participar das missões de paz.

A participação brasileira propriamente dita foi retratada na pesquisa principalmente no que tange à MINUSTAH, para que seja observado de fato os retornos obtidos pelo Brasil na missão que se estabilizou como um marco histórico para o País. Foi priorizado o estudo de ganhos doutrinários, políticos e outros que foram de maior proveito para futuras operações que poderão vir a ocorrer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No campo diplomático, tem-se a opinião da maioria dos pesquisadores voltada para os ganhos na participação brasileira em operações de paz. Alinhados aos ideais de não intervenção, inviolabilidade da soberania, resolução pacífica de disputas e o não uso da força, os princípios da política externa brasileira guiam as operações de paz, projetando o País com fortes engajamentos regionais e ao desenvolvimento socioeconômico, a política externa brasileira alinhou-se também aos ideais de diplomacia solidária e não indiferença, trazendo para si a responsabilidade de oferecer apoio a países em conflito ou em crise, promovendo a justiça social e atuando em prol da humanidade (Nasser, 2012).

Andrade, Hamann e Soares (2019), citam uma lista de fatores políticos alinhados positivamente com a participação brasileira em missões de paz, tais como: aumentar a influência brasileira na dinâmica de segurança coletiva da ONU, validar a candidatura do Brasil para membro permanente do CSNU, utilizar oportunidades para cooperação durante a implementação dos processos de paz, bem como reforçar a ideia do multilateralismo e inserir os interesses brasileiros entre aqueles que orientam decisões.

Villa e Viana (2010) enxergam o ponto de inflexão na participação brasileira em operações de paz a partir de 2003, quando o Brasil passou a possuir uma postura de inserção nas operações de paz, com objetivo político de projetar o País como ator político relevante no sistema internacional, tal como versa a hipótese do presente trabalho, convergindo as ideias da diplomacia brasileira e seus pesquisadores. Andrade, Hamann e Soares (2019) concluem em seus trabalhos quanto a progressão da trajetória brasileira na parte política internacional, projetando o País no Sistema Internacional e contribuindo com sua participação a reforçar os interesses nacionais.

No campo militar, observa-se principalmente os reflexos obtidos pela participação brasileira na MINUSTAH, tendo em vista ser atualmente sua mais recente operação de paz e sendo considerada de maior importância, como já tratado em capítulo anterior. Conforme Villa e Viana (2010), a partir de 2003 o Brasil passou por um ponto de inflexão, tendo em vista a participação nas operações de paz com grande envio de contingente militar, distinguindo de diversas missões que outrora participou.

Para as Forças Armadas, a MINUSTAH trouxe consigo também a oportunidade do adestramento das tropas brasileiras, aperfeiçoamento do sistema logístico, bem como também fez com que fosse incentivado o investimento na área da defesa, com equipamentos, armamentos e materiais que preparassem e sustentasse as FFAA em operações no terreno

haitiano. (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019)

A hipótese proposta na fase introdutória do trabalho é validada tendo em vista os reflexos obtidos pelo Brasil devido sua participação em missões de paz da ONU, como, por exemplo, as vagas ocupadas como membro não-permanente do CSNU, conforme visto anteriormente, bem como o interesse demonstrado pela ONU em convidar o Brasil a participar de outras missões de paz, demonstrando a confiança depositada ao País pelo Sistema Internacional.

De acordo com o que se propôs analisar no trabalho, em consonância aos objetivos nacionais e o que reforça a maior parte dos principais autores que versam sobre o tema, é possível inferir que o campo militar e o campo diplomático se complementam no que tange as operações de paz das Nações Unidas, visto o emprego de contingente militar nestas missões, a possibilidade de experiência prática militar para a Força Terrestre, a oportunidade de melhoria doutrinária e os reflexos obtidos no âmbito das relações internacionais devido a participação do País nas operações de paz.

As pesquisas realizadas e os resultados obtidos se fazem relevantes por refutarem a incerteza quanto a importância da participação brasileira em missões de paz, visto que retratam diversas consequências positivas ao País que contribuem com seu desenvolvimento nacional, projetando o Brasil perante aos demais países no Sistema Internacional, difundindo informação e incentivando a pesquisa sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que se propõe no presente trabalho, verificou-se o histórico de participação brasileira em operações de paz, conceitos gerais quanto as operações de paz e sobre política externa brasileira, a fim de analisar a projeção internacional do País alinhado com sua política internacional e relações exteriores. É preponderante a opinião de que houve uma projeção positiva da imagem brasileira no Sistema Internacional, visto o acréscimo de suas relações com outros países, bem como a importância do Brasil âmbito seus países vizinhos devido a participação em missão bem sucedida sob seu comando. Dentro do período de 15 anos o Brasil ocupou duas vezes assento não-permanente da CSNU, conforme tratado no capítulo sobre a política externa brasileira.

Sempre pautado em seu amparo legal e conforme prevê o manual de Doutrina Militar de Defesa (2007), utilizando suas Forças Armadas como meio de projeção de poder por intermédio de seu emprego no cenário internacional, o Brasil se faz presente em missões de operações de paz que com o decorrer do tempo se tornam cada vez maiores em funções de maiores responsabilidades, assumindo cargo de Force Commander com representantes brasileiros, como na MINUSTAH e MONUSCO, fato este que demonstra a maior confiança depositada ao Brasil pelo Sistema Internacional, devido seu trabalho e esforço em operações anteriores, ressaltando a importância de sua participação a fim de projetar sua imagem e obter o respeito internacional.

Levando-se em conta todo o estudo realizado anteriormente, assim como a análise qualitativa e quantitativa do posicionamento dos principais autores sobre o tema, de forma sintética, tem-se o seguinte resultado em resposta ao problema de pesquisa fixado na fase introdutória desta: a participação do Brasil em missões de paz de fato faz-se importante, tanto no campo militar, quanto no campo diplomático; confirmando, sobretudo, a hipótese de investigação adotada no princípio desta pesquisa, tendo em vista que a participação brasileira traz reflexos positivos quanto a imagem do País no Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Apostila de Relações Internacionais**. Resende: Editora Acadêmica, 2017.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Apostila de Relações Internacionais**. Resende: Editora Acadêmica, 2019.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ANDRADE, Israel O.; HAMANN, Eduarda P.; SOARES Matheus A. **A participação do Brasil nas Operações de Paz nas Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf. Acesso em: 05 set. 2021.

BARBOSA JUNIOR. **Os primeiros desafios: o planejamento e o início da missão**. In: Seminário internacional 13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas , 1., Rio de Janeiro. Paineis 1. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; PUC-RIO, 2017

BOUTROS-GHALI, Boutros. **Agenda para paz: diplomacia preventiva, restabelecimento e manutenção da paz**. Nova York: Nações Unidas, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 107/2020. Brasília-DF, 2020.

_____. Ministério da Defesa. MD34-M-02: Manual de Operações de Paz. 3. ed. Brasília-DF: EGGCF, 2013.

_____. Ministério da Defesa. MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa. 2. ed. Brasília-DF, 2007.

_____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília-DF, 2020a.

_____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília-DF, 2020b.

CARVALHO, Delgado de. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (COTER). **Histórico das operações de paz**, 2022. Disponível em http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/historico_op_paz/historico_das_

operaes_de_paz.pdf. Acesso em: 09 mar. 2022.

COSTA, Ana Iza de Araújo. **Política externa brasileira: um estudo sobre as missões de paz como instrumento de inserção internacional**. 2019. 5 v. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Estácio do Recife, Recife, 2019.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: FUNAG, 1999.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **Brasil: 60 anos de operações de paz**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

ITAMARATY, MRE. **Operações de manutenção da paz das Nações Unidas**, 2020. Disponível em: <://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/paz-e-seguranca-internacionais/manutencao-e-consolidacao-da-paz/operacoes-de-manutencao-da-paz-nas-nacoes-unidas>. Acesso em: 15 out. 2021.

MERGULHÃO, Ganimedes da Silva. **As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira e as operações de paz. **Revista Brasileira Estudos Políticos**, v. 98, p. 361, 2008.

NASSER, Filipe. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012, p. 213-237.

NEVES, G. M. S. **Comissão das Nações Unidas para consolidação da paz – Perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2010.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 7ª reimp.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

RAMALHO, Antonio Jorge Rocha; GOES, Fernanda Lira. Aspectos do financiamento das operações de paz da ONU: implicações para a política externa brasileira. **Boletim de economia e política internacional**, n. 2, p. 61-68, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires; HAMANN, Eduarda. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018.

TORREZAM, Rodrigo Campos. **Participação do Exército Brasileiro em Missões de**

Paz: Visão de Futuro. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2010.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.** 2. ed. Brasília: FUNAG, 2015.

UZIEL, Eduardo; FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018.

VIEIRA NETO, Floriano Peixoto. Epopéia militar brasileira no Haiti. HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017. p. 19.

VILLA, R. A. D.; VIANA, M. T. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. Especial, 2010.